

A vida (mais próxima de) como ela é

Um movimento na direção de relatórios integrados põe em xeque os tradicionais balanços fiscais e permite uma apuração mais precisa e completa do valor das empresas

POR DAVI CARVALHO FOTO LUCAS CRUZ

D a mesma forma que a contabilidade das nações – leia-se PIB – é cada vez mais questionada por não refletir o desenvolvimento em seus diversos aspectos, emergem em nível microeconômico novas ideias que põem em xeque os tradicionais balanços fiscais. No mundo corporativo tem ganhado força a publicação de relatórios de desempenho unificado. O movimento é para que as informações financeiras, ambientais e sociais sejam apresentadas em um mesmo documento, de modo que reflita melhor a realidade e permita uma apuração mais precisa e completa do valor das corporações. Mais que isso, essa tendência parece capaz de criar uma nova mentalidade e catalisar um processo de autoconhecimento das práticas empresariais, baseado em transparência.

Os tradicionais relatórios de desempenho, centrados unicamente nas atividades econômico-financeiras, têm a leitura dificultada devido aos jargões em excesso e ao grande número de normas a serem seguidas. Outra crítica válida é de que os relatos fiscais não consideram que as boas práticas socioambientais ou a omissão sobre o tema influem nos valores apresentados nos balanços.

O ex-presidente do Instituto Ethos e diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Ricardo Young, acredita que os relatos únicos fortalecem as empresas e dão fôlego para um crescimento futuro: “Um bom relatório integrado, ao reconhecer e avaliar as externalidades, dá uma robustez das informações de tal forma que o mercado saiba com mais exatidão o quanto de valor aquela organização efetivamente gera”.

Na economia do conhecimento, cada vez mais as empresas possuem **ativos intangíveis** que não aparecem nos relatórios de forma transparente e confiável.

Diversos estudos apontam que apenas 25% a 35% do valor real das empresas é conhecido e publicado nos balanços patrimoniais das instituições.

Para Luiz Nelson Guedes de Carvalho, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) e membro do International Integrated Reporting Committee (IIRC), a informação de qualidade presente nos relatórios é fundamental para o futuro das próximas gerações: “Informação é a base do funcionamento dos mercados, e a informação de qualidade alimenta positivamente o processo de tomada de decisão econômica. A informação provida hoje – e na verdade a que vem sendo provida há décadas – peca por omitir variável relevante no processo de previsão da geração de fluxos de caixa futuros: a empresa rentável hoje terá futuro? Está cuidando de preservar os recursos naturais e humanos dos quais dispõe para buscar o sucesso?”

A ideia do relatório único tem como pilares a transparência na divulgação dos dados e a precisão dos textos apresentados, de forma que a clareza e a simplificação dos escritos, associadas a um *design* que destaque informações importantes, permitam um maior conhecimento dos acionistas, dos investidores e da sociedade acerca das empresas, suas práticas e relações. [1]

A necessidade da adoção desse tipo de relato é reafirmada pelas informações apresentadas em uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria KPMG, em 2008. O trabalho mostra que apenas 16% das 250 companhias globais estudadas quantificavam o valor do desempenho em responsabilidade corporativa para seus analistas de mercado e investidores.

O IIRC é o principal fórum de discussão sobre relatórios unificados. Entre as entidades que o compõem está a

Ativo intangível compreende o capital humano da companhia (que influi na qualidade e, logo, no preço), o capital intelectual (que cria novos produtos), a marca (que influencia a participação no mercado e a margem de lucro), a fidelidade do cliente, a propriedade intelectual e a reputação

[1] Mais sobre balanços integrados no livro *Relatório Único*, de Robert Eccles e Michael Krzus (Editora Saint Paul, 2011).

O processo de autoconhecimento pelo qual as empresas passam pode ajudá-las a melhorar sua gestão futura, diz representante da GRI

Global Reporting Initiative (GRI), rede global que reúne, em mais de 80 países, empresas, universidades, entidades governamentais, organizações multilaterais, consultorias e desenvolvedores de regras que norteiam a publicação de balanços. As diretrizes incluem protocolos de indicadores, protocolos técnicos e suplementos setoriais (com indicadores de desempenho e orientação para aplicação das diretrizes em diferentes setores).

AUTOAVALIAÇÃO

Reportar de forma integrada é mais que uma simples decisão de apresentar os desempenhos num único volume. É preciso integrar a gestão da empresa por completo. É necessária a ampliação do escopo do olhar da gestão. Em vez de o relatório ser de responsabilidade apenas do setor de contabilidade ou do financeiro, passa a ser tema central na gestão como um todo. Para produzir o relatório unificado, é necessário ouvir todas as partes interessadas (*stakeholders*) no desempenho da empresa. Esse exercício vai permitir a ela conhecer-se melhor, corrigir erros e maximizar vantagens.

O vice-presidente do conselho de *stakeholders* da GRI no Brasil, Carlos Eduardo Lessa Brandão, acredita que o processo de autoconhecimento pelo qual as empresas passam, antes de reportar integradamente, pode ajudá-las a melhorar sua gestão futura. “Com os relatórios

não financeiros, a empresa consegue se comunicar melhor com a sociedade.” Segundo Brandão, se a empresa fizer o relatório de sustentabilidade seguindo as diretrizes GRI, por exemplo, ela terá uma série de vantagens das quais pode se beneficiar bem antes de emitir o relatório. Isso porque, ao identificar os *stakeholders* e se comunicar com eles, aumentam as chances para a distinção de riscos e oportunidades que não se viam anteriormente.

A Natura é um exemplo de corporação que detectou nos relatórios conjuntos uma oportunidade para integrar as perspectivas sociais, ambientais e financeiras e, assim, buscar diferenciação entre as grandes empresas brasileiras. Para o diretor de assuntos corporativos Rodolfo Guttilla, a integração ajudou a empresa a rever processos e a repensar a maneira de fazer negócios. “A gestão se diferencia porque sempre olha para os três vetores. O principal aprendizado é que é necessário mudar a forma de fazer negócio, senão vamos esgotar os recursos do planeta. Também percebemos que é urgente rever práticas unidimensionais, que elegem um único vetor em detrimento de outros, e que é preciso visão sistêmica da realidade.” Guttilla observa que as mudanças na gestão vêm primeiro e que o **relatório** único é somente o final do processo.

CADEIA VIRTUOSA

A abertura da empresa para o mundo real que está além de suas portas seria mais um fator positivo da gestão integrada, que pressupõe um relacionamento honesto e transparente com todos os que participam da cadeia produtiva. “A empresa não pode mais lançar um produto sabendo que ele causará algum mal. É preciso ter certeza de que os insumos do produto também não estão criando passivos socioambientais, senão o meu produto vai carregar isso. Fica no DNA”, explica Ricardo Young. Segundo ele, essa preocupação passa a se dar também em relação aos fornecedores, pois não adianta a empresa

usar uma embalagem 80% reciclável se o fornecedor usa trabalho escravo. Young, no entanto, sente falta de uma padronização global dos modelos de relatórios. Para ele, é necessário que se avance para um modelo único, baseado em critérios universais. Isso porque, entre os países onde são publicados relatos conjuntos, há especificidades sobre a abrangência do número de empresas obrigadas a usar a ferramenta.

Na Dinamarca, as 1.200 maiores empresas divulgam informações em documentos integrados. Já na África do Sul somente as companhias listadas na Bolsa de Johannesburgo têm essa obrigação. Young defende que, por “estarmos em um mercado global, precisamos ter critérios de avaliação relativamente uniformes para poder ter uma percepção real de valores. As empresas não lançam ações em apenas uma bolsa, mas em algumas bolsas. Por isso, é desejável um modelo universal”.

Young acredita que as empresas, hoje, contam com ferramentas de gestão que há alguns anos não existiam, a exemplo das diretrizes e orientações da GRI e do IIRC, que permitem vislumbrar critérios universais para a publicação de balanços em alguns anos.

Em certos países, os relatórios únicos são exigidos por lei e em outros há regulamentações não oficiais de entidades empresariais. Em geral, as regras seguidas são as da GRI, mas é comum haver diferenças na abrangência das obrigações e a existência de perspectivas baseadas em teorias e crenças arraigadas em práticas antigas. Essas diferenças devem ser eliminadas ou minimizadas com a quarta geração das diretrizes GRI, em discussão mundial atualmente, e que deve ser apresentada em 2013.

No Brasil, a divulgação por meio do balanço integrado é voluntária. Um exemplo do envolvimento das empresas e de instituições foi uma decisão da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) de orientar as empresas, por meio de seu Código de Autorregulação

Conversa antiga

É possível visualizar uma evolução nas diversas tentativas no sentido de tornar os relatórios de gestão das empresas mais transparentes e precisos para as partes interessadas no desempenho das companhias (*stakeholders*).

Nas últimas três décadas, os organismos internacionais que estabelecem regras para a publicação dos balanços apresentaram modelos de relatórios que buscavam maior transparência nas publicações. Mas foi nos primeiros anos da década de 1990 que começaram a surgir relatórios específicos sobre responsabilidade social corporativa (RSC). No fim daquela década os relatórios sociais incorporaram informações ambientais e de governança.

A partir do ano 2000, informações sobre meio ambiente, responsabilidade social corporativa e governança passaram a ser mais cobradas por acionistas, investidores e por parcela crescente da sociedade. A saída foi começar a elaborar relatórios paralelos aos financeiros, mas sem uma integração.

Em seguida, ganharam força os modelos de balanços que divulgam informações financeiras e não financeiras conjuntamente. A divulgação integrada, por meio de um relatório único, agrega os setores das empresas que anteriormente trabalhavam de forma separada. O movimento pela publicação de relatório único é capitaneado pela Global Reporting Initiative (GRI) e pelo International Integrated Reporting Committee (IIRC).

e Boas Práticas para as Companhias Abertas, a divulgar relatórios de sustentabilidade nos moldes da GRI, e que, de preferência, essas informações constem de um relatório anual integrado. ■■

NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22, VEJA COMO AS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PODEM CONTRIBUIR PARA REFORÇAR O CARÁTER DE TRANSPARÊNCIA DOS RELATÓRIOS INTEGRADOS

Publicado em português, inglês e espanhol, o relatório da Natura segue o conceito de materialidade da GRI, que significa atender as demandas de informação específicas de interesse de cada público. Por isso, usa diferentes meios de comunicação para atingir acionistas, investidores, colaboradores e revendedores